

Ata XVII Reunião da Diretoria da ANEPCP 17/01/2018 - 18:00-19:30h - Realizada por Hangout

Presentes à reunião: Lindijane de Souza Bento Almeida, Gabriela Spanghero Lotta, Maria Isabel Araújo Rodrigues, Patrícia Vendramini e Rodrigo Rossi Horochovski. Suylan de Almeida Midlej e Silva e Edgilson Tavares de Araújo justificaram ausência.

Trata-se da primeira reunião oficial da Diretoria eleita em 07 de dezembro de 2017, durante a IV Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas.

Pontos da pauta abordados:

1) **Informes:** Lindijane informou que encaminhou no final do mês de dezembro de 2017, para Marizaura Reis de Souza Camões (Enap) o *link* dos livros "Pioneirismo, Renovação e Desafios: Experiências do Campo de Públicas no Brasil" e "Campo de Públicas em Ação: Coletânea em Teoria e Gestão de Políticas Públicas", para publicação no site da Enap. Lindijane informou também que foi empenhado o valor da anuidade referente aos anos de 2016 e 2017 pela UFRN, restando agora apenas a emissão do recibo pela ANEPCP. Considerando que a UFRN consiga realizar o pagamento, acredita-se que será possível cobrar a anuidade referente ao ano de 2018 às demais universidades (como na Assembleia realizada em 07/12/2017 decidiu-se que não seria realizada cobrança referente as anuidades dos anos de 2016 e 2017, a UFRN receberá um desconto na anuidade de 2018). Sobre o ENAPEGS (maio/2018), Lindijane informou que já recebeu as passagens para participação no evento e composição da mesa que tratará sobre tendências do Campo de Públicas, que contará também com a participação do professor Edgilson Tavares, da FENECAP, da Pró-Pública e talvez da professora Suylan Midlej representando a SBAP. Lindijane informou que recebeu convite para participar do Congresso Cearense do Campo de Públicas em Fortaleza, mas informou que a ANEPCP não possui recurso, por isso está aguardando resposta da organização sobre a possibilidade de financiamento. Lindijane informou que Magda assinou a carta para registro em cartório da nova diretoria, o que será providenciado por Suylan a partir do dia 26/01/18. Lindijane mencionou a preocupação com a manutenção do contrato com a Inatto, tendo em vista que o *site* da ANEPCP não se encontra atualizado. A dúvida é se com a rescisão contratual o *site* continua da ANEPCP e contrataríamos um profissional para cuidar da atualização do *site*. Ponderou-se que o valor gasto com a Inatto está muito alto. Rodrigo informou que quem possui o contrato atualizado é Magda, sendo necessário solicitar à ela que encaminhe o contrato atualizado para Maria Isabel e Rodrigo verificarem as implicações da rescisão contratual e a possibilidade de uma eventual cobrança pela prestação de serviços contratadas. Rodrigo explicou que uma rescisão implica na necessidade de criar um novo *site* ou do novo contratado hospedar o *site* com o conteúdo que se encontra hoje. Maria Isabel solicitará o contrato para Magda e o discutirá com Viana sobre as possibilidades de não perder o conteúdo atualmente hospedado. É preciso que Viana consiga fazer a migração dos dados em caso de rescisão. Quanto ao pagamento do boleto que venceu em 12/01/2018, Lindijane solicitará que Magda entre em contato com Daniel da Inatto para solicitar uma prorrogação do prazo para que o pagamento seja realizado com o recurso que se encontra no pagseguro. Decidiu-se pela rescisão do atual contrato com a Inatto para futura contratação do Viana. Maria Isabel concentrará a demanda dos diretores para repassar ao Viana e manter o *site* atualizado. Por fim, Lindijane informou que a Câmara Municipal de Natal pretende reconhecer a ANEPCP como de utilidade pública municipal para possibilitar a formalização de parcerias, para isso é

R

R

R

R

R

necessário o registro da nova diretoria da ANEPCP em cartório. Lindijane sugeriu que todos os professores verifiquem a possibilidade junto às respectivas Câmaras Municipais.

2) Elaboração do calendário de reuniões: a professora Lindijane propôs uma otimização de agendas ao longo do 1º semestre para tentarmos realizar no mínimo 1 reunião de diretoria por mês (3ª sexta-feira do mês às 15 horas) e a realização de duas Assembleias Ordinárias durante o ano, uma durante o XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), que será realizado de de 31 de julho a 03 de agosto de 2018 em Curitiba; e outra durante o 42º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), que deve ser realizado no mês de outubro de 2018 em Caxambu.

3) Projeto de Lei do Senado nº 439/15: o PLS dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração e a consulta pública encontra-se aberta. A professora Lindijane informou que terá uma nova reunião com a senadora Fátima Bezerra que está intermediando a conversa entre a ANEPCP e o senador Donizeti Nogueira, responsável pela proposição do PLS. Nesta reunião a professora Lindijane reafirmará o posicionamento contrário da ANEPCP em relação ao PLS e apresentará os argumentos da ANEPCP. Para elaboração de tais argumentos e apresentação à senadora Fátima Bezerra a professora Lindijane propôs a criação de um grupo de estudo sobre o tema. A proposta de membros para composição do grupo são: Lindijane, Maria Isabel, Sandra Gomes, Caio Leal (Pró-Pública), Isabella Tibúrcio (Fenecap), Raquel Silveira (UFRN) e Salmon Vitorino (Pró-Pública). Lindijane solicitou também ajuda aos diretores com a análise do PLS, posto que a ANEPCP não possui recurso para contratação de um jurista para emissão de um parecer sobre o tema. Todos concordaram. Lindijane mencionou que o argumento do Senador autor do PLS é que os alunos dos cursos do campo de públicas precisam se filiar ao Conselho Federal de Administração, uma vez que é vedada a criação de novos Conselhos. Sendo assim, caso o PLS seja aprovado os egressos dos cursos do campo de públicas voltam a se vincular à Administração de Empresas. Em relação ao argumento utilizado pelo Senador, referente à vedação para criação de novos Conselhos, a professora Maria Isabel informou sobre o Projeto de Lei nº 5.179/2016, de iniciativa do Poder Executivo, que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os respectivos conselhos regionais e que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado para apreciação em 13/11/2017.

4) Reconhecimento da ocupação de gestor público pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Renda: a ideia é iniciar um diálogo junto ao Ministério (por meio de Ofício apresentar a ANEPCP e solicitar uma reunião) para tratar da profissionalização. Todos concordaram.

5) II ENEPCP: sobre a publicação dos trabalhos apresentados, essa questão será abordada na próxima reunião, tendo em vista que a participação do Edilson é essencial para tratar do tema.

Encerrada a reunião, com elaboração da ata por Maria Isabel Rodrigues, e agendada a próxima reunião para o dia 16/02/2017 às 15 horas.

Lindijane de Souza Bento Almeida

Lindijane Almeida

Gabriela Spanghero Lotta

Maria Isabel Araújo Rodrigues

Patrícia Vendramini

Rodrigo Rossi Horochovski